

CONDIÇÕES DE OFERTA E QUALIDADE DO ENSINO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA NO CONTEXTO DO FUNDEB (2007- 2015) ¹

Yasmim Edith Carvalho do Nascimento²
yasmimnascimento992@gmail.com

Fabrcio Aarão Freire Carvalho³
fafc33@gmail.com

Resumo

Este estudo exploratório tem por objetivo analisar a condição de efetividade do ensino em termos de investimento em educação básica da rede de ensino municipal de Ananindeua e suas condições de oferta e qualidade durante o período de vigência do FUNDEB (2007 a 2015). O processo de inquirição que norteou o paradigma de pesquisa foi o quantitativo, sendo organizada de modo a articular informações quantitativa dos indicadores sociais, de financiamento, de oferta educacional e de qualidade do município. Os resultados da pesquisa revelaram que, no período analisado: 1- houve melhora dos indicadores sociais do município expressos pelos dados de números da população total (1,6%), IDHM (0,718 – alto), PIB (12,2%) e PIB per capita (12,1%); 2- houve crescimento das despesas liquidadas da função educação (13,9%) e das despesas empenhadas do ensino fundamental (9,6%) e da educação infantil (151,8%), bem como das receitas do FUNDEB (14,6%); 3- no que diz respeito às matrículas, houve maior crescimento na rede privada de ensino (23,6%, na educação infantil; 17%, no ensino fundamental), quando comparada com a rede municipal (18,8%, na educação infantil; 4,8% no ensino fundamental) e estadual (não obteve uma média de crescimento); no que se refere ao número de escolas, houve maior crescimento na rede particular (30,1%, na educação infantil; 33,2%, no ensino fundamental do que na rede estadual (não obteve uma média de crescimento) e municipal (6,5%, na educação infantil; 19,1%, no ensino fundamental); referente ao número de professores, na educação infantil, a rede municipal apresentou mais crescimento (101), quando comparada com a rede estadual (0) e particular (92), já no ensino fundamental, a rede particular (687) apresentou o maior aumento, comparado a rede municipal (88) e a rede estadual (520); 4- no que se refere ao rendimento escolar, a rede privada de ensino apresenta as melhores taxas (0,5% de aprovação; 14,5% de reprovação e 22,5% de evasão escolar), comparada com a rede municipal (3,4% de aprovação; 11,5% de reprovação e 7,4% de evasão escolar) e estadual (2,9% de aprovação; 11,9% de reprovação e 6,3% de evasão escolar). Quanto aos dados do IDEB, constatou-se que o município conseguiu atingir a maioria das metas estabelecidas. Em que pese os avanços apresentados pelo município - com crescimento dos recursos e seu processo de redistribuição a partir do FUNDEB - em suas condições de oferta e qualidade, nenhuma delas foi plenamente atendida pelo município de Ananindeua. Dada a importância da política de fundo às redes municipais de ensino, faz-se necessário lutar pela sua prorrogação e reestruturação, ampliando a contribuição da União e assim garantirmos a efetividade do direito à educação pública e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Básica. Financiamento/FUNDEB. Indicadores de Qualidades.

Abstract

This study exploratory aims to analyze the condition of teaching effectiveness in terms of investment in basic education of the municipality network of Ananindeua district and its conditions of quality and offer during the validity period of FUNDEB (2007 to 2015). The inquiry process that guided the research paradigm was the qualitative one, being organized to articulate the quantitative informations of the social indicators, of financing, educational offer and the quality in municipality. The reserch results revelal that, in the analyzed period: 1 – there was an improvement in the social indicators of the municipality expressed by the total population data (1.6%), IDHM (0.718 – high), PIB (12.2%) and PIB per capta (12.1%); 2 – growth of liquid expenses in the

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito final para obtenção do grau de licenciada plena em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Instituto de ciências da Educação, Universidade Federal do Pará (FAED/ICED/UFPA).

² Orientanda.

³ Orientador.

education function (13.9%) and elementary school expenditure committed (9.6%) and pre-school education (151.8%), as well as FUNDEB revenue (14,6%); 3 – in terms of enrollment, there was a greater growth in the private school system (23.6% in pre-school, 17% in elementary education) comparing the municipal network (18.8%, 4.8% in pre-school) and state (did not obtain an average growth); In relation to the number of schools, there was great growth in the private network (30.1% in pre-school, 33.2% in the elementary school than in the state network (did not obtain a mean of growth) and municipality (6.5% in pre-school, 19.1% in elementary school), and in relation to the number of teachers, in pre-school education, the municipality network present highest growth (101) compared to the state network (0) and private network (92), however in the elementary school the private network (687) present the greatest increase, compared to the municipal network (88) and the state network (520); 4- in relation to the school performance, the private school system has the best rates (0.5% of approval, 14.5% of disapproval and 22.5% of school dropout), compared to the municipal network (3,4 % of approval, 11.5% of disapproval and 7.4% of school truancy), and state (2.9% of approval, 11.9% of disapproval and 6.3% of school truancy). About the IDEB data, it was verified that municipality achieved most of the established goals. Considering the progress of municipality – with resource growth and its redistribution process from FUNDEB – in condition of quality and offer, none of them were fullfill by the municipality of Ananindeua. Given the importance of the policy in the field of municipality education network, it is necessary to fight for its restructuring and extention, increasing the Union's contribution and ensuring the effectiveness of the righ to public education and quality.

Keywords: Basic Education. Financing/FUNDEB. Quality Indicators.

1 Introdução

De acordo com Oliveira, o desafio de equacionar o problema da qualidade da educação básica no Brasil, passa necessariamente pela formulação de políticas sistêmicas de colaboração entre os entes federados em prover condições equânimes de financiamento, condições de oferta e permanência com sucesso dos discentes em idade escolar (2010). Compreender de que forma estes aspectos - expressos por meio de um conjunto de indicadores sociais, educacionais, de financiamento e de qualidade - se apresentam e se relacionam na realidade do município em questão, configura-se como a finalidade principal deste trabalho.

O uso de indicadores no âmbito da pesquisa na área da educação, tem se configurado como um importante instrumento, pois identifica situações que necessitam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Os indicadores auxiliam no acompanhamento e avaliação de políticas, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção. É uma medida, que ficou confinada às esferas técnicas e acadêmicas (estatísticos e matemáticos), usada na sua intensidade para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa acadêmica ou visando a formulação de políticas, monitoramento, avaliação, eficácia ou a ineficácia de programas e atividade pública efetivada, defendendo assim posições quanto às prioridades da sociedade (JANNUZZI, 2012, p.21).

De acordo com Jannuzzi (2012) os indicadores educacionais de acesso e qualidade são produzidos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, não se prendendo somente ao desempenho dos estudantes, mas igualmente ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, os indicadores analisam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

O interesse em realizar tal processo de inquirição em um município da região norte do país, mais particularmente do Estado do Pará, justifica-se pelo fato de nosso Estado apresentar “a pior educação do país”, conforme veiculado recentemente pelos meios de comunicação⁴ e atestado pelo resultado do último IDEB (2015).

Assim, o presente estudo ao tentar desvelar qual a situação do município paraense de Ananindeua em termos de condições de financiamento, oferta e resultados escolares na educação básica, pode se constituir também como um instrumento de informação e esclarecimento da sociedade científica e da população em geral acerca da educação paraense, sua diversidade de composição de oferta, fontes de financiamento e das desigualdades dessas condições. Pode configurar-se também como ponto de partida para outros estudos que, em conjunto com este, possa apresentar dados mais aprofundados e qualificados sobre a realidade educacional da região norte do Brasil e que podem servir de base para se pensar políticas públicas educacionais específicas para atender as especificidades de nossa região.

A pesquisa visa analisar a condição de efetividade do ensino em termos de investimento em educação básica da rede municipal de ensino de Ananindeua e suas condições de oferta e qualidade durante o período de 2007 a 2015, para tanto, fez-se necessário realizar revisão bibliográfica e mapeamentos dos dispositivos legais de âmbito nacional que tratam da educação e seu financiamento. Recorremos também às características do município de Ananindeua no que se refere às suas condições sociais medidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), às condições de financiamento municipal medidas pelos dados orçamentários de receita, despesa da área da educação, além de identificar a dinâmica populacional do município de Ananindeua no que se refere à demanda por educação, bem como os resultados dos principais indicadores educacionais de qualidade.

⁴ É o que mostra o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que permite comparar índices e rankings da educação de todo o país, agrupando resultados dos indicadores de cada município, incluindo a permanência dos alunos nas escolas. De acordo com o estudo, o Pará é o último colocado, com índice geral de 3,5, ficando atrás de Estados menores e mais pobres, como Maranhão, Piauí e Amapá (Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-379720-.html>).

Este artigo está estruturado em quatro seções. A primeira seção é a presente introdução; a segunda trata do interesse em detalhar a maneira de como a pesquisa foi desenvolvida e apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa. Já a terceira, apresenta os resultados do estudo, abordando em um primeiro momento a discussão teórica conceitual acerca dos indicadores e a sua importância para o processo de elaboração de diagnósticos e da análise das condições de efetividade do ensino no município e para o processo de avaliação e elaboração de políticas públicas; em seguida apresenta e discute os dados relacionados aos indicadores sociais, de financiamento, de oferta educacional e de qualidade do município de Ananindeua durante o período de vigência do FUNDEB (2007 a 2015). E, finalizando com a quarta seção, a qual trata das considerações diante da temática discutida.

1.1 Aspectos Metodológicos

Na intenção de atingir os objetivos especificados, é preciso deixar claro que o paradigma de pesquisa que norteou todo este processo de inquirição foi o quantitativo. Como uma pesquisa que possui como objeto de análise “a relação existente entre as condições de investimento em educação básica da rede municipal de ensino de Ananindeua e suas condições de oferta e qualidade durante o período de 2007 a 2015”, objetiva-se organizar um relatório ordenado e crítico desta realidade, ou avaliá-la analiticamente (CHIZZOTTI, 1991).

As análises se concentraram sobre Ananindeua, importante município da Região Metropolitana de Belém e que apresenta condições de fácil acesso para coleta de dados junto ao mesmo. Para além disso, trata-se de um município que não apresenta uma boa situação no ranking do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), elaborado a partir de diversos índices educacionais, de 2009 a 2014, e que engloba a educação básica – do infantil ao Ensino Médio. Segundo os dados do IOEB, o município de Ananindeua ocupa a 4275ª posição entre os municípios do Brasil.

A pesquisa trabalhou com informações quantitativas dos indicadores sociais, de financiamento, de oferta educacional e de qualidade do município de Ananindeua durante o período de vigência do FUNDEB (2007 a 2015) e foi organizada em duas etapas, quais sejam:

1- A etapa de base bibliográfica permitiu estabelecer um diálogo com a literatura produzida sobre o tema e objeto de estudo da pesquisa, através de autores como: Carvalho (2012), que trata de Financiamento da Educação, políticas de Fundo (FUNDEF e FUNDEB) e qualidade da educação; Jannuzzi (2012), o qual aborda sobre os Indicadores educacionais; Gouveia et al. (2016), que trata a respeito da Efetividade do ensino. Para a definição do

arcabouço teórico que possibilite a compreensão do financiamento da educação e a qualidade da oferta, também foram analisados relatórios de pesquisas, dissertações e teses produzidas durante o período de vigência da política de fundos no Brasil.

2- A etapa de base documental consubstanciadas em publicações de organismos, entidades e instituições que definem as orientações para o financiamento da educação no Brasil, bem como outros documentos legais: Leis (Constituição Federal de 1988; a LDB nº 9.394/96, Lei do FUNDEF nº 9.424/96, a Lei do FUNDEB nº 11.494/2007, a Lei do Piso Salarial Nacional - Lei nº 11.738/2008, documentos e produções sindicais. Estes documentos ajudarão a entender os aspectos legais acerca do financiamento da Educação e sua qualidade.

Assim, esta pesquisa fez uso de dados quantitativos de fontes secundárias no que se referem aos indicadores sociais (dados populacionais, IDHM), indicadores econômicos e de financiamento (PIB, PIB per capita, dados orçamentários de receita e despesa em educação, recursos do FUNDEB), indicadores de oferta (dados de matrícula) e de qualidade da oferta (Ideb⁵, taxas aproveitamento escolar e de infraestrutura dessa oferta) do município investigado. Estes dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (Inep – Censo Escolar e Censo dos Profissionais da Educação Básica, Prova Brasil, em particular o Questionário do Professor), junto ao Sistema de Finanças do Brasil (FINBRA), junto ao Sistema de Informações sobre orçamentos públicos em Educação (SIOPE). As informações obtidas foram sistematizadas, analisadas, e comparadas, considerando as dimensões foco de estudo.

2 Resultados e Discussão

2.1 Indicadores sociais: definição, tipos e sua importância para o processo de elaboração e avaliação de políticas públicas

É significativo que, antes de abordar o assunto deste tópico, esclarecer a diferença existente entre os Indicadores Sociais e Estatísticos Públicas. Pois, tratando-se dessas duas medidas, Jannuzzi (2012, p.23), afirma que:

⁵ O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). O Ideb foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

As estatísticas públicas – dados censitários, estimativas amostrais e registros administrativos – constituem-se, pois, na matéria-prima para a construção de indicadores sociais. O que diferencia a estatística pública do indicador social é o conteúdo informacional presente, isto é, o “valor contextual” da informação disponível nesse último.

Sendo assim, os Indicadores Sociais contextualizam os dados brutos levantados de determinado fenômeno da realidade social (estatística pública), como o número de matrículas de alunos, de professores, entre outros, e através desses dados, os analisam para decidirem, se mantém ou não uma política pública, ou seja, é por meio do cruzamento das informações que se constroem os Indicadores Sociais.

Para Soligo (2012), os Indicadores Sociais são também conhecidos como Indicadores Socioeconômicos, são originados da ciência social, que tem como objeto a sociedade global. Logo, são voltados para o auxílio da interpretação das questões sociais, bem como a pobreza, qualidade da educação, expectativa de vida, analfabetismo, mortalidade infantil, condições de trabalho, dentre outros. Ademais, conforme Jannuzzi (2012) são medidas estatísticas que podem ser quantitativas ou qualitativas e têm como fim, pesquisas acadêmicas ou implementação e formulação de políticas públicas.

Dando seguimento a discussão acerca dos Indicadores Sociais, de acordo com Soligo (2012) e Jannuzzi (2012), para compreender a realidade de um conceito abstrato, é necessário a construção de um Sistema de Indicadores Sociais, o qual é composto por diferentes áreas temáticas, ou seja, um conjunto de Indicadores Sociais, onde cada um destes subsidia na compreensão da análise do objeto que está sendo investigado. Dentre os exemplos de Sistema de Indicadores Sociais, Jannuzzi (2012) apresenta o Sistema de Indicadores para Políticas Urbanas, de Saúde e para o Mercado de Trabalho, além dos internacionais, como o Sistema de Indicadores Sociais e Demográficos da Divisão de Estatística das Nações Unidas.

Para uma explicação mais prática de como se constrói um Sistema de Indicadores Sociais, o próprio estudo deste trabalho é um exemplo, onde: o conceito abstrato são as condições de qualidade ou efetividade da rede municipal de ensino; a definição das dimensões a serem investigadas são as condições sociais da população, as condições da oferta educacional, as condições econômicas, o financiamento educacional e qualidade do ensino; as obtenções das estatísticas públicas são a população total, os alunos matriculados, etc.; e por fim, os indicadores como taxa de rendimento escolar, IDEB e assim por diante. Percebe-se, então, que a montagem de um Sistema de Indicadores Sociais necessita respeitar uma metodologia para ser construído e realizar a caracterização do fenômeno social.

Em se tratando dos tipos de Indicadores Sociais, segundo Jannuzzi (2012), há várias maneiras de classificá-los, como através da divisão dos indicadores de acordo com a área temática da realidade social que se está analisando; separação de indicadores quantitativos – construídos a partir de dados concretos - e qualitativos – construídos a partir de dados subjetivos, visto que são avaliados por especialistas com perspectivas diferenciadas da realidade. Existe a divisão de indicadores descritivos e normativos, onde, os primeiros preocupam-se com a caracterização da realidade, enquanto que os segundos respeitam a construção metodológica, tornando-os mais complexos, dessa complexidade surge outro tipo de Indicadores Sociais: os indicadores simples e compostos (sintéticos ou índices sociais), os quais são construídos pela união de indicadores simples.

Salientando os tipos de Indicadores Sociais mais usados e relevantes para a avaliação e formulação de políticas públicas, há o indicador-processo, apresenta os problemas sociais por meio do diagnóstico; indicador-insumo, corresponde à disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de programas sociais sugeridos; e o indicador-produto, designado para informar os resultados efetivos dos programas sociais. Outros tipos de Indicadores Socioeconômicos são os voltados para verificar a eficiência, eficácia e a efetividade social das políticas públicas (JANNUZZI, 2012).

Ainda em conformidade com Jannuzzi, por volta do ano de 1960, com a necessidade da existência de monitoramento e de uma avaliação efetiva para a obtenção de um diagnóstico social e do planejamento governamental, já que a medida usada (PIB per capita) não estava correspondendo com as mudanças da realidade social, afetando assim, o bem-estar social, por ser é um indicador voltado apenas ao crescimento econômico, foi então que os Indicadores Sociais passaram a ser reconhecidos cientificamente, construindo um sistema de Indicadores Sociais de forma sistemática e designados como uma medida apropriada para subsidiar na elaboração e reelaboração das políticas públicas, nas tomadas de decisões e na qualidade de vida da sociedade (2012). No entanto, perante o

contexto de crise fiscal do Estado a partir dos anos 70. Os insucessos, sucessos parciais e excessos do planejamento tecnocrático no período acabaram criando um grande ceticismo com relação às atividades de planejamento público e, portanto, quanto a finalidade e utilidade dos sistemas de indicadores sociais (JANNUZZI, 2012, p. 20-21).

Assim, fica claro que os Indicadores Sociais têm as suas falhas, visto que, tratando-se da educação, por exemplo, é uma medida guiada por interesses de diferentes grupos políticos e econômicos, e muitas vezes, interesses visando o benefício de um determinado grupo e não ao bem-estar social, ou seja, os Indicadores Sociais também fazem parte de um jogo político

que, dependendo de quem os conduzem, podem privilegiar a sociedade civil no oferecimento de uma educação de qualidade ou não. Além do mais, ao "quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato" (JANNUZZI, 2012, p. 21), esse indicador é modificado ao analisar outro fenômeno, pois a realidade do determinado local sofre alterações com o passar dos anos, ou seja, os Indicadores Socioeconômicos variam tanto no espaço quanto no tempo.

Esta questão não impede a perceptível relevância dos Indicadores Sociais no processo de elaboração e avaliação de políticas públicas, haja vista que, subsidiam na permanência e no fim de políticas públicas ou nas ações do governo, através dos elementos encontrados para a realização do diagnóstico das mesmas, podendo contribuir para a solução dois problemas sociais, além de, como em Paulo Marchelli (2010, p. 562), ser um elemento que ajuda a avaliação "como um instrumento de controle político do desenvolvimento social". Outro ponto que reforça a importância dos Indicadores Socioeconômicos, é pelo fato de aproximarem a participação social na formulação e implementação das políticas sociais, possibilitando o acompanhamento das ações governamentais referentes ao financiamento dos recursos públicos, além da valorização da transparência à sociedade.

Diante da relevância demonstrada dos Indicadores Sociais para o processo de elaboração e avaliação de políticas públicas, os Indicadores Educacionais são elementos significativos para subsidiar o acompanhamento e avaliação da política de fundo do FUNDEB, implantada para continuar com o que o FUNDEF vinha realizando na educação, porém, se diferenciando por proporcionar uma melhor redistribuição dos recursos públicos destinados à educação básica.

2.2 O FUNDEB como política de financiamento da Educação Básica e os Indicadores Educacionais

A Emenda Constitucional nº53/2006 inserida no 5º parágrafo do art. 211 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº6.253/2007, determina que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB - Lei de nº11. 494/2007), é uma política de fundo que abrange toda a educação básica pública, além de beneficiar os profissionais do magistério, remunerando-os com uma porcentagem de, no mínimo, 60% dos recursos anuais, exigindo planos de carreira e o piso salarial nacional. Foi um fundo implantado na gestão do governo Lula, o qual, conforme Dourado (2010), se diferenciou da gestão política do Fernando Henrique Cardoso, por não voltar sua prioridade apenas para o ensino fundamental, como frisava o Fundo de Manutenção

e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF – Lei de nº 9. 424/1996), mas sim, para todas as etapas e modalidades pertencentes à educação básica pública.

O FUNDEB é uma política de fundo, com duração de 14 anos, voltada para exercer uma melhor redistribuição dos recursos públicos destinados à educação básica, tornando um mecanismo para que o financiamento da educação básica seja efetuado de maneira mais justa para a manutenção e desenvolvimento do ensino e aos profissionais da educação básica.

A política de fundo estabelece uma vinculação de recursos à educação, amparada pelo art. 212 da Constituição Federal de 1988, onde determina que, os entes federados são obrigados a destinar uma porcentagem do que arrecada dos seus impostos e transferências à educação (18% da União, 25% dos estados, 25% do Distrito Federal e 25% dos municípios).

Conforme afirma Carvalho (2012), o FUNDEB é inserido para exercer a subvinculação dos 25% dos estados, Distrito Federal e municípios, isto é, gerencia 20% (a partir do seu terceiro ano de vigência) dos 25%, para melhor redistribuir este valor destinado aos Estados e seus Municípios. Os recursos que compõem o fundo especial, a saber: FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), Plexp (Imposto Sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações), LC 87/96 (Desoneração de Exportações), ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortes e Doações), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e ITRm (Quota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios).

De acordo com os parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal de 1988, esses recursos são distribuídos conforme o valor anual do número de alunos matriculados nas etapas e modalidades de determinada instituição escolar da educação básica pública. No caso dos Municípios, com base nos números de alunos do ensino fundamental e da educação infantil; já dos Estados, a partir do número de discentes do ensino fundamental e do ensino médio. Cabendo à União, a função de complementar com até 10% quando este valor anual do número de alunos não alcançar o limite de matrículas, visto que o FUNDEB é uma política de fundo Estadual e não nacional, deste modo, a função da União é de apenas complementar.

Segundo o inciso IV do art. 70 da LDB de 1996, os Indicadores Educacionais possibilitam que haja o acompanhamento no processo de redistribuição dos recursos da política de fundo destinado para o MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), através dos levantamentos estatísticos e pesquisas focadas na melhora e da qualidade e ampliação do

ensino público. Diante disso, os Indicadores Educacionais, como: índice de matrículas, taxas de rendimento escolar, IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), receitas, despesas, etc., além dos indicadores de valorização docente, como: número de docentes, planos de carreira e remuneração revela como a educação pública está caminhando com a atuação do FUNDEB.

2.3 Caracterização do município de Ananindeua do Estado do Pará

De acordo com a Fundação de Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (2016), o município de Ananindeua está localizado na Região Metropolitana de Belém. A cidade enfrentou um longo período pertencendo à Belém, sendo conhecida como distrito de Belém, já em 1938, por meio de um Ato do Governo Estadual, passou a pertencer ao município de Santa Isabel, sendo chamada de sede distrital. E foi em 30 de dezembro de 1943 que Ananindeua tornou-se município.

Referente a sua caracterização geográfica, de acordo com o censo populacional ocorrido no ano de 2010, a cidade possuía uma população de 471.980 habitantes, sendo que 52,0% feminino e 48% masculino, dentre os habitantes deste município, 99,8% são residentes da área urbana. A densidade demográfica do município é de 2.477,55 hab/km². Comparada com os outros municípios do Estado do Pará, ocupa o segundo lugar como o município mais populoso; e, em 2017, a estimativa da população foi de 516.057 habitantes.

A figura 1 apresenta a área da unidade territorial de Ananindeua e conforme o IBGE (2017), o município possui 190,451 km².

Figura 1: Mapa com a localização do município de Ananindeua



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Área da unidade territorial do município de Ananindeua – Pará. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150080>>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

O município obtém como seus limites geográficos, o município de Belém, que está situado ao norte; Benevides, os municípios de Marituba e Santa Bárbara, localizados ao leste; e ao sul, com o Rio Guamá.

Em se tratando do rendimento e trabalho, o salário médio mensal dos trabalhadores formais do município de Ananindeua, equivaleu a 1,9 salários mínimos, valor inferior ao seu município vizinho de Marituba, que corresponde a 2,2 salários mínimos (IBGE, 2017).

No que diz respeito à política de Ananindeua, os prefeitos e os partidos dos quais pertenciam durante os anos de 2007 a 2015, foi governado pelo partido do PMDB (2005 a 2012), pelo prefeito Helder Zahluth Barbalho e pelo PSDB, com o atual prefeito chamado Manoel Carlos Antunes, conhecido por Pioneiro, o qual atua na prefeitura desde 2013. (IBGE, 2017).

2.4 Condições de efetividade do ensino do município de Ananindeua – 2007 a 2015

Nesta seção será trabalhado os Indicadores Sociais, Indicadores de Oferta Educacional, Indicadores de Financiamento e Indicadores de Qualidade de Ensino, os quais irão contribuir para analisar a respeito das condições de efetividade do ensino do município de Ananindeua.

De acordo com o estudo de Gouveia et al. (2016), o termo Efetividade Educacional surge ao criticar o conceito de Efetividade Escolar, que prevaleceu no ano de 1960 e 1980,

com a redefinição do liberalismo no papel do Estado, tornando o Estado mínimo para as políticas públicas e máximo para o capital, afetando tanto no sistema econômico quanto na educação pública. Logo, por visar um pressuposto econômico, a educação é vista como mercadoria, tornando o aluno um cliente e voltada somente em obter resultados. Por conta disso, para haver a Efetividade Escolar, é necessário eficiência (custo) e eficácia (qualidade do serviço prestado).

Partindo para o conceito de Efetividade Educacional, esta surge a partir do ano de 1990, na qual a educação é vista como “um direito fundamental dos cidadãos” (p.34) e não como um serviço, o que prevalece é a eficiência social e política e não a eficiência econômica. A Efetividade Educacional é compreendida como um meio que avalia e implanta as políticas educacionais de acordo com as leis, pois defende que as políticas públicas educacionais devem ser elaboradas com eficácia, efetividade e eficiência que atendam as necessidades da população e não economicamente, isto é, com a noção de justiça social. (GOUVEIA et al., 2016)

Diante do esclarecimento sobre os dois conceitos de Efetividade abordados no estudo de Gouveia et al. (2016), para analisar e compreender a efetividade do ensino do município de Ananindeua, a pesquisa será voltada de acordo com o conceito de Efetividade Educacional, a qual a efetividade parte do princípio de justiça social, através da elaboração de políticas educacionais que garantem o direito à educação.

2.4.1 Indicadores Sociais do Município

Neste tópico, será tratado a respeito dos Indicadores Sociais, os quais entendem por condições sociais e podem ser exemplificados bem como os índices que serão analisados neste estudo, a saber: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano), dados populacionais (números da população total, números da população por faixa etária), PIB de mercado corrente e o PIB per capita. A tabela a seguir corresponde ao número total da população de Ananindeua e a sua variação de ano a ano no período de análise de 2007 a 2015.

Tabela 1 - Números da população total do município de Ananindeua-Pa (2007 a 2015)

Anos	População	Nº Índice
2007 ¹	484.278	-
2008 ¹	495.480	2,3
2009 ¹	505.512	2,0
2010	471.980	-6,6
2011 ¹	477.999	1,3
2012 ¹	483.821	1,2
2013 ¹	493.976	2,1
2014 ¹	499.776	1,2
2015 ¹	505.404	1,1

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

¹ População Estimada.

Os dados na tabela 1 revelam o crescimento da população do município de Ananindeua com uma média de, aproximadamente, 1,6%. Embora demonstre apenas uma queda de -6,6% referente ao ano de 2010, seu crescimento populacional é perceptível, visto que, no ano 2007, o município possuía uma estimativa de 484.278 habitantes, passando para 2015 com uma população estimada de 504.404 habitantes.

A tabela 2 apresenta os dados da população por faixa etária no município de Ananindeua, no ano de 2010. Para a análise ou descrição dos dados por faixa etária escolar, é interessante para este estudo, a faixa etária estabelecida entre 4 a 17 anos de idade, bem como de acordo com a Emenda Constitucional (EC) nº59/2009, inserida no inciso I do art. 208 da Constituição Federal de 1988, a qual garante a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para pessoas de 4 a 17 anos de idade, além de garantir educação gratuita para os que não estudaram na idade própria.

Tabela 2 – Números da população por faixa etária do município de Ananindeua-Pa, 2010

Faixa Etária	2010
Menor de 1 ano	7.355
1 ano a 4 anos	30.018
5 anos a 09 anos	40.313
10 anos a 14 anos	45.098
15 anos a 29 anos	140.362
30 anos a 49 anos	140.105
50 anos a 69 anos	57.057
70 anos e mais	11.672

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: GEPPEB.

Tratando-se de uma pesquisa da esfera municipal, o enfoque da análise será, especificamente, na faixa etária de 4 a 14 anos de idade, visto que, de acordo com o parágrafo 2º do art. 211 da Constituição Federal de 1988 e com o inciso V do art.11 da LDB de 1996, constam que é de responsabilidade do município atuar, prioritariamente, no ensino fundamental (6 a 14 anos de idade) e na educação infantil (4 a 5 anos de idade). Considerando as faixas etárias correspondentes às etapas de ensino do município diante dos dados abordados na tabela 2, verificou-se que a demanda total de pessoas na faixa etária escolar no ano de 2010, alcançou, aproximadamente, 115.429.

Outro indicador social significativa para a análise do município de Ananindeua é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o qual, segundo o Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (2017), permite verificar a realidade do desenvolvimento social dos municípios e das regiões metropolitanas do Brasil, calculando (no período de 10 anos) a média geométrica da longevidade, educação e renda, assim como o IDH Global. A metodologia desse índice obedece a uma escala de 0 a 1 (quanto mais próximo o município estiver do 1, mais desenvolvido está) podendo ser avaliado da seguinte forma: 0,000 a 0,499 (muito baixo), 0,500 a 0,599 (baixo), 0,600 a 0,699 (médio), 0,700 a 0,799 (alto) e 0,800 a 1,000 (muito alto). No que diz respeito ao município de Ananindeua, a situação é conforme apresentada na tabela 3.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Ananindeua-Pa (1991 a 2010)

Ano	1991	2000	2010
IDHM	0,516	0,606	0,718

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano / PNUD 1991 – 2010. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Conforme abordado na tabela 3, o município ao longo do período analisado demonstrou uma tendência de melhora gradativa no IDHM, haja vista que, no ano de 1991, o índice correspondia a 0,516, isto é, era considerado um índice baixo. No ano de 2000, o índice do município tornou-se médio, ao chegar em 0,606. Já no ano de 2010, o IDHM continuou aumentando, alcançando uma escala alta de 0,718.

Dando, também, a sua contribuição como um importante índice para o estudo do município em questão, a tabela 4 trata a respeito do Produto Interno Bruto (PIB), o qual mensura o crescimento econômico do município de Ananindeua, através da soma dos bens e serviços finais no período de 2007 a 2015, definindo assim, como está o desenvolvimento econômico do município.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente (R\$ 1.000) do município de Ananindeua-Pa (2007 a 2015)

Anos	Valor em (R\$)	Nº Índice
2007	3.045.502	-
2008	3.346.302	9,9
2009	3.539.806	5,8
2010	4.100.513	15,8
2011	4.631.459	13,0
2012	5.114.549	10,4
2013	4.900.297	-4,2
2014	5.777.643	18,0
2015	-	-

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Dado de 2015 não foi fornecido.

Conforme demonstra os dados na tabela 4, ao analisar a série histórica de maneira geral, o PIB de Ananindeua está em um período de crescimento, aumentando, em média, 12,2%. Apresentando somente uma queda na variação de -4,2%, no ano de 2013; contudo, superando-se no ano seguinte, no qual teve um percentual de 16,8%, o maior crescimento da série histórica.

Frisando para os indicadores sociais vistos nas tabelas 3 e 4, é perceptível que a comparação entre os mesmos, revela a melhora na condição da qualidade de vida do município de Ananindeua, uma vez que, tanto a condição social quando a condição econômica, desenvolveu-se.

No que se refere à tabela 5, trata a respeito do PIB per capita que, bem como o indicador anterior, segundo o Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (2017) é um indicador quantificador de desenvolvimento que utiliza como método, o cálculo do PIB dividido pela quantidade de habitantes.

Tabela 5 – Produto Interno Bruto per capita do município de Ananindeua-Pa (2007 a 2015)

Anos	Valor em (R\$)	Nº Índice
2007	6.289	-
2008	6.754	7,4
2009	7.002	3,7
2010	8.692	24,1
2011	9.689	11,5
2012	10.571	9,1
2013	9.920	-6,2
2014	11.560	16,5
2015	-	-

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Dado de 2015 não foi fornecido.

Pode-se notar nas informações exibidas na tabela 5 que, o PIB per capita segue um ritmo de evolução parecido com o PIB a preço de mercado corrente, tendo uma média de crescimento correspondente a 12,1%, ou seja, a média de crescimento no período analisado, tanto do PIB quanto do PIB per capita ficou em torno de 12%. Ademais, outra semelhança entre os indicadores relacionados, é que os dois presenciaram uma queda no ano de 2013, no caso do PIB per capita, de 10.571, no ano de 2012, caiu para 9.920, no ano de 2013, uma queda percentual de -6,2%, isto é, um declínio maior do que foi visto no PIB a preço de mercado corrente. Porém, não apresentando uma diferença alarmante entre eles.

2.4.2 Indicadores de Oferta Educacional

Indicadores de Oferta Educacional são indicadores relacionados ao atendimento escolar à população, sendo assim, neste tópico serão analisados dados, como: número de matrículas, número de escolas e números de professores das redes de ensino nas etapas de ensino que o município é responsável. Tratando-se acerca dos números de matrículas da educação infantil (creche e pré-escola) por dependência administrativa do município de Ananindeua, a tabela 6 aponta com detalhes este andamento baseando-se no período de vigência do FUNDEB.

Tabela 6 - Número de matrículas da educação infantil por dependência administrativa do município de Ananindeua- Pa (2006 a 2015)

Período de Vigência	Ano/Dependências Administrativas	Estadual	Nº Índice	Municipal	Nº Índice	Particular	Nº Índice	Total
FUNDEF	2006	430	-	4.734	-	1.719	-	6.883
FUNDEB	2007	-	-100	6.700	41,5	1.772	3,1	8.472
	2008	232	0	7.252	8,2	1.851	4,5	9.335
	2009	169	-27,2	7.711	6,3	1.402	-24,3	9.282
	2010	45	-73,4	5.340	-30,7	2.008	43,2	7.393
	2011	22	-51,1	5.751	7,7	1.755	-12,6	7.528
	2012	17	-22,7	5.494	-4,5	2.614	48,9	8.125
	2013	14	-17,6	7.170	30,5	3.093	18,3	10.277
	2014	36	157,1	5.491	-23,4	2.765	-10,6	8.292
	2015	-	-100	5.141	-6,4	2.716	-1,8	7.857

Fonte: fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Dados da rede estadual não foram fornecidos no ano de 2007 e 2015.

Conforme evidenciado nos dados da tabela 6, ao longo do período de análise, percebe-se que houve mais redistribuição de matrículas entre as redes de ensino do que efetivamente aumento na oferta de matrículas, posto que, ao analisar o total de matrículas do ano de 2007 com o total do ano de 2015, o aumento de matrícula corresponde a apenas 974.

Partindo para uma análise entre as redes de ensino durante as séries históricas analisadas, o número de matrícula da rede estadual revela ser o mais preocupante, visto que segue um ritmo de queda de 2008 a 2014, além de não apresentar uma média de crescimento anual, visto que possuiu somente um aumento anual (157,1%), quando passou a atender um percentual de 0,1%, em 2013, elevando para 0,4%, em 2014; apesar de este ter sido a sua maior evolução, não deixa de ser um crescimento irrisório, posto que não supera a quantidade de alguns anos anteriores vistos na presente tabela.

No que se refere à rede municipal, o seu atendimento oscila (para mais e para menos), de 68,8%, em 2006, foi para 65,4%, em 2015, revelando um aumento percentual anual de, aproximadamente, 18,8% e expondo a sua maior queda no ano de 2010, correspondendo a um percentual de -30,7%. Esta rede municipal de ensino obteve o seu maior crescimento no início do FUNDEB, em 2007, com um atendimento de 79%.

O número de matrículas da rede particular foi a que mais evoluiu, de 25%, em 2006, para 34,6%, em 2015; atendendo uma média percentual anual de 23,6%, apresentando o seu maior crescimento no ano de 2012 (48,9%), quando saiu de 1.755 (23%), em 2011, para

2.614(32%). A maior queda desta rede de ensino foi no ano de 2009 (-24,3%), já que em 2008, estava atendendo 1.851 (20%), descendo em 2009 para 1.402 (15%).

A tabela 7 apresenta o número de matrículas e a variação percentual do ensino fundamental por dependência administrativa do município de Ananindeua nos anos de 2007 a 2015, referentes ao período de atuação do FUNDEB.

Tabela 7 - Número de matrículas do ensino fundamental por dependência administrativa do município de Ananindeua- Pa (2006 a 2015)

Período de Vigência	Ano/Dependências Administrativas	Estadual	Nº Índice	Municipal	Nº Índice	Particular	Nº Índice	Total
FUNDEF	2006	50.723	-	23.327	-	6.293	-	80.343
	2007	51.466	1,5	22.620	-3,0	5.337	-15,2	79.423
FUNDEB	2008	46.838	-9,0	22.376	-1,1	7.490	40,3	76.704
	2009	43.562	-7,0	23.144	3,4	7.251	-3,2	73.957
	2010	41.404	-5,0	25.280	9,2	9.797	35,1	76.481
	2011	39.124	-5,5	26.621	5,3	10.644	8,7	76.389
	2012	34.481	-11,9	27.403	2,9	13.635	28,1	75.519
	2013	33.057	-4,1	27.406	0,0	14.299	4,9	74.762
	2014	30.663	-7,2	28.318	3,3	14.484	1,3	73.465
	2015	29.392	-4,2	27.803	-1,8	14.588	0,7	71.783

Fonte: MEC/INEP/SEDUC. Elaboração: GEPPEB.

Como pode-se observar na tabela 7, durante o período de vigência do FUNDEB o total de atendimento da matrícula do ensino fundamental de 2006 para 2015 decresceu, em média, 8 mil. A rede particular possuiu o maior crescimento, com uma média percentual anual de 17%, além de ser a rede de ensino que menos demonstrou queda em relação as demais redes de ensino, saiu atendendo 63,1%, em 2006, passando para 40,9%, em 2015. Outro ponto significativo da análise é a contínua queda no número de matrículas na rede estadual, visto que a rede mostrou apenas um aumento percentual de 1,5% no ano de 2007, isto é, somente no primeiro ano de atuação do FUNDEB, além do mais, em 2006, atendeu 63,1%, passando para 40,9%, em 2015.

Quanto ao número de matrículas da rede municipal, caiu no começo do FUNDEB, apresentando a sua maior queda no ano de 2007, com um número percentual de -3,0%, passando a crescer de 2009 a 2014, com uma média percentual anual de 4,8%, porém, voltando a cair no ano seguinte com um percentual de -1,8%; e em 2006, saiu de 29%, passando para 38,7%. Sendo assim, pode-se perceber a forte presença da privatização no âmbito educacional e a desvalorização da educação pública diante da diminuição de

atendimento estadual nas duas etapas de ensino apresentadas, além de, embora a rede municipal apontar progressão, esta apresentou quedas, isto não deveria haver, visto que é o espaço de atuação prioritária do município, principalmente, no período de atuação do FUNDEB. Outro entrave, é que as redes de ensino públicas não superam o crescimento da rede privada, isto pode ser pelo fato de o IDHM e os PIBs de Ananindeua apresentarem uma melhora - em termos de riquezas e aumento de recursos – atraindo os investidores do setor privado da área educacional.

No que tange à tabela 8, a mesma trata da quantidade de instituições de ensino existentes nas redes de ensino estadual, municipal e particular da educação infantil e do ensino fundamental referentes aos anos de 2007 a 2015, os quais estão relacionados ao período de vigência do FUNDEB.

Tabela 8: Números de escolas por dependência administrativa da Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Ananindeua – Pa (2007 a 2015)

Anos	Números de escolas													
	Educação Infantil							Ensino Fundamental						
	Estadual	Nº Índice	Municipal	Nº Índice	Particular	Nº Índice	Total	Estadual	Nº Índice	Municipal	Nº Índice	Particular	Nº Índice	Total
2007	-	-	41	-	35	-	76	94	-	48	-	23	-	165
2008	2	-	44	7,3	41	17,1	87	90	-4,3	48	0	42	82,6	180
2009	2	0	44	0	29	-29,3	75	90	0	48	0	34	-19,0	172
2010	1	-50	42	-4,5	45	55,2	88	90	0	49	2,1	52	52,9	191
2011	1	0	44	4,8	46	2,2	91	94	4,4	49	0	63	21,2	206
2012	1	0	43	-2,3	67	45,7	111	87	-7,4	55	12,2	86	36,5	228
2013	1	0	40	-7,0	65	-3,0	106	86	-1,1	56	1,8	89	3,5	231
2014	1	0	43	7,5	65	0	109	83	-3,5	58	3,6	91	2,2	232
2015	83	82	-	-	-	-	83	39	-53,0	102	75,9	68	-25,3	209

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) Estatísticas Municipais Paraenses: Ananindeua. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 58f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: (-): Dados não foram fornecidos.

Conforme indicado no total das dependências administrativas de cada etapa de ensino, percebe-se que a maior quantidade de escolas está no ensino fundamental, pois, em 2007, a educação infantil estava com um total de 76 escolas, obtendo, em 2015, uma totalidade de 83. Já o ensino fundamental, saiu de um total de 165 estabelecimentos de ensino, em 2007, apresentando, em 2015, um total de 209.

Frisando no desempenho das redes de ensino da educação infantil, a rede estadual não apresentou valor no ano de 2007 e para 83(100%), em 2015, inclusive, este foi o único ano que obteve um aumento, correspondendo a 8,2%. A rede municipal saiu de 41(53,9%) escolas, em 2007, indo para 2015 sem apresentar o valor, seu crescimento anual foi, em média, 6,5%. Já a rede particular, em 2007, obteve 35 (46,1%) escolas, e também não apresentou valor no ano de 2015, possuiu um crescimento anual de, aproximadamente, 30,1%.

Analisando os dados do ensino fundamental, nota-se que, dentre as dependências de ensino, a rede estadual apresentou a maior quantidade de escolas, contudo foi a que demonstrou crescimento, saiu, em 2007, com 94 (57,0%), decaindo para 39 (18,7%), em 2015. O ensino municipal, de 48 (29,1%), em 2007, passou para 102 (48,8%), no ano de 2015; e revelou um crescimento anual de, em média, 19,1%. Em se tratando do ensino particular, obteve um valor de 23 (13,9%), em 2007, alcançando um valor de 68 (32,5%), em 2015; e demonstrou um crescimento anual de, aproximadamente, 33,2%.

Comparando as duas etapas de ensino, verificou-se que na educação infantil, a rede estadual é a que apresenta a maior quantidade de escolas e no ensino fundamental, é a rede municipal. No entanto, de acordo com os anos de análises, a rede particular é a que mais mostrou evolução nas duas etapas de ensino.

Os dados da seguinte tabela correspondem ao número de professores que atuam na dependência administrativa estadual, municipal e particular da educação infantil e do ensino fundamental no município de Ananindeua com as análises dos anos de acordo com o período de vigência da política de fundo do FUNDEB.

Tabela 9: Número de docentes da educação infantil e ensino fundamental do município de Ananindeua- Pa (2007 a 2015)

Anos	Números de docentes													
	Educação Infantil							Ensino Fundamental						
	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%	Total	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%	Total
2007	0	0	292	76,0	92	24,0	384	1.776	63,4	783	27,9	243	8,8	2.802
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	11	2,7	322	77,8	81	19,6	414	1.285	53,1	752	31,3	364	15,2	2.401
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	2	0,5	241	56,7	182	42,8	425	1.323	43,2	889	29,0	850	27,8	3.062
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	0	0	191	50,9	184	49,1	375	1.256	41,1	871	28,5	930	30,4	3.057

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Dados não foram fornecidos nos anos de 2008, 2010, 2011, 2013, e 2014.

No que se refere aos dados apresentados na tabela 9, ao realizar uma análise geral, nota-se que o número de professores do ensino fundamental é bem maior do que o da educação infantil, posto que, em 2007, o total da educação infantil correspondeu a 384 docentes, chegando a alcançar 425 no ano de 2012, contudo, decaiu em 2015, terminando com um total de 375 docentes. Ao contrário do resultado do ensino fundamental, o seu total inicial foi 2.802 professores, alcançando um total de 3.057, em 2015.

Dentre as redes de ensino da educação infantil, a rede estadual foi a que apresentou o menor número de professores, iniciando e terminando com ausência de valor, obtendo um crescimento irrisório nos anos de 2009 (2,7%) e 2012 (0,5%). A rede particular revelou o melhor resultado, visto que seu crescimento foi significativo, em 2007 estava com 24,0%, indo para 2015 com 49,1% de docentes.

Referente à dependência administrativa da educação fundamental, a rede estadual foi a que possuiu o maior valor (em termos percentuais) de professores, embora o seu valor no ano de 2015 (41,1%) seja inferior do que o valor de 2007 (63,4%). A rede particular mostrou um percentual de 8,8% no de 2007 e passou para 30,4%, em 2015, um valor aproximado com a rede municipal que obteve no início 27,9% e terminou com 28,5%. Todavia, as mesmas se diferem nas suas dinâmicas de desenvolvimento, pois é notório que o crescimento da rede municipal é inferior ao da rede particular.

2.4.3 Indicadores de Financiamento

Neste ponto, será verificado sobre as condições de financiamento municipal mediante aos dados orçamentários de receita, despesas (liquidada e empenhada) do FUNDEB para a área da educação. A tabela a seguir aborda a respeito dos dados de receitas, que apresentam o desempenho do FUNDEB no financiamento da educação durante o período de vigência de 2007 a 2015.

Tabela 10 – Dados de receita do FUNDEB (R\$1,00) no município de Ananindeua-Pa (2007 a 20015)

Receitas do FUNDEB/ Anos	Trans. de recursos do FUNDEB	Complementação da União ao FUNDEB	Receita de aplicação financeira do FUNDEB	Total da receita
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	43.626.047,37	26.373.732,53	124.948,67	70.124.728,57
2010	51.675.405,90	24.979.946,32	83.552,13	76.738.904,36
2011	59.788.881,24	41.947.929,47	379.581,50	102.116.392,21
2012	66.400.091,39	48.558.479,83	159.883,46	115.118.454,68
2013	67.911.508,35	44.200.356,32	544.998,68	112.656.863,34
2014	71.114.220,96	50.679.363,13	351.399,75	122.144.983,84
2015	81.887.638,00	50.924.273,99	1.089.651,85	133.901.563,84

Fonte: FNDE/SIOPE. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Os valores foram atualizados com base no INPC (IBGE) de 05/2017.

(-): Dados não foram fornecidos.

Como evidenciado nos dados da tabela 10, apesar de o FUNDEB iniciar a sua atuação no ano de 2007, o fundo só passou a subsidiar no financiamento da educação do município de Ananindeua a partir do ano de 2009. Deste então, demonstrou um crescimento contínuo na transferência de recursos à educação, possuindo um aumento em média a 11,2%; iniciando com R\$43.626.047,37, no valor de 9,9%, passando, em 2015, para R\$81.887.638,00, correspondente a 18,5%. A complementação da União, não cresceu, como a receita anterior, pois passou por variações, no entanto, seu aumento foi de, aproximadamente, 24,7%, a União repassou no ano de 2009, uma quantia de R\$26.373.732,53 (9,2%), alcançando, em 2015, um valor de R\$50.924.273,99 (17,7%).

Em relação a receita de aplicação financeira do FUNDEB, a arrecadação do município variou durante o tempo de análise, evoluiu em média, um valor percentual de 268,4% começou com R\$124.948,67(4,6%) e alcançou um aumento, em 2015, de R\$1.089.651,85(39,9%). Evidenciou-se que a maior arrecadação anual, foi em 2011, no qual recebeu R\$379.581,50, equivalendo a uma quantia percentual de 354,3%; a arrecadação de Ananindeua obteve o seu menor desenvolvimento no ano seguinte, caindo para um percentual de -57,9% recebendo uma quantia de R\$159.883,46(5,8%).

Observando o total da receita do FUNDEB, percebe-se que também veio crescendo no período analisado, pois seu valor em 2009 foi R\$70.124.728,57, passando para R\$133.901.563,84, em 2015, um valor percentual de 9,6% e 18,3%, respectivamente. O crescimento do município foi em média 14,6% e apresenta uma queda referente a -2,1%, no ano de 2013, já o ano que mais cresceu, foi no ano de 2011(33,1%) evidenciando a importância do fundo para a área da educação no município.

Dando continuidade nas análises, a tabela 11 demonstra os dados da distribuição das despesas liquidadas da função educação realizadas no município de Ananindeua durante o período em estudo (2007 a 2015), o qual é referente aos anos de atuação do FUNDEB.

Tabela 11 – Despesas liquidadas com a função/subfunção educação (R\$1,00) no Município de Ananindeua – Pa (2007 a 2015)

Função e Subfunção/ Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EF	-	-	101.967.710,03	90.972.559,26	103.197.693,65	119.792.611,06	125.796.774,90	130.676.720,33	123.138.268,60
EI	-	-	4.003.431,87	22.842.805,80	20.696.363,98	31.499.433,50	22.552.989,90	33.130.399,15	36.212.876,36
EJA	-	-	6.473.453,74	4.142.729,94	11.689.259,51	10.956.020,97	10.469.012,63	15.485.439,69	17.212.178,28
Ens. Profissional	-	-	-	-	1.614.525,53	1.671.740,88	1.159.262,40	2.516.234,93	519.920,37
Ed. Especial	-	-	-	17.599,84	-	-	-	2.084.708,40	-
Desporto Comunitário	-	-	480.135,92	-	-	-	-	-	-
Lazer	-	-	-	-	-	-	-	1.626,49	9.123,82
Vinculadas a contribuição Salário Ed.	-	-	1.706.895,31	2.044.088,56	2.060.547,56	3.396.226,47	2.835.016,42	2.747.088,99	4.839.044,19
Total Função educação	-	-	114.631.626,86	120.019.783,39	139.258.390,22	167.316.032,89	162.813.056,26	186.642.217,96	181.931.411,62

Fonte: FNDE/SIOPE. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Os valores foram atualizados com base no INPC (IBGE) de 05/2017.

(-): Dados não foram fornecidos.

Ao longo da série histórica analisada, os gastos com a função educação no município apresentam um avanço variável, obtendo um valor médio de 13,9%, isto é, ao comparar com a tabela anterior, a cidade gastou menos do que recebeu. Aponta a maior queda com -2,7%, no ano de 2013, e um maior crescimento de 20,1%, no ano de 2012.

Verificando isoladamente a respeito dos gastos liquidados do ensino fundamental, percebe-se que esta etapa de ensino apresenta uma média de desenvolvimento pertencente a 9,6%; além de possuir o ano de 2012, como o ano que mais cresceu (16,1%) e o ano de 2010, como o que revelou a maior queda (-10,8). Já a educação infantil, conseguiu evoluir em média 151,8%, demonstrando o ano de 2010, como o que mais cresceu com um valor percentual de 470,6%; e o ano que mais obteve queda, foi o ano de 2013 (-28,4%).

No que se refere às etapas de ensino (educação infantil e ensino fundamental), as quais são de responsabilidades do município, pode-se observar que, embora o ensino fundamental apresente o maior investimento, visto que no ano de 2009, o município investiu um valor percentual de 12,8% e em 2015(15,5%), obtendo, em média, crescimento anual de 9,6%. A educação infantil foi a que mais obteve progresso diante dos anos analisados no estudo, já que, em 2009, o município investiu apenas 2,3%, e no ano de 2015, revelou um investimento de 21,2%, conseguindo um aumento anual de, aproximadamente, 151,8%. Isto mostra que, no município de Ananindeua, o FUNDEB está contribuindo para romper com o que fora determinado no FUNDEF, passando a exercer assistência também à educação infantil.

A tabela 12 refere-se aos dados de despesas empenhada do FUNDEB, de acordo com os anos verificados na pesquisa.

Tabela 12 – Dados de despesa empenhada do FUNDEB (R\$1,00) no município de Ananindeua-Pa (2007 a 2015)

Despesa Empenhada FUNDEB/ Anos	Profissionais Mag. E. F	Profissionais Mag. E. I	Outras despesas E.F	Outras Despesas E.I	Total Despesas Empenhadas
2007	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
2009	49.225.067,89	0,00	20.634.337,97	0,00	69.859.405,86
2010	54.649.024,09	0,00	0,00	21.041.590,82	75.690.614,91
2011	51.318.766,76	11.265.095,13	28.608.446,02	6.279.902,80	97.472.210,71
2012	51.829.654,81	17.951.336,57	38.585.841,69	3.665.812,52	112.032.645,58
2013	63.055.040,79	15.261.267,08	27.755.678,79	3.887.874,75	109.959.861,41
2014	77.785.208,38	23.418.815,75	17.842.612,69	2.746.947,28	121.793.584,09
2015	71.479.894,85	23.145.329,99	28.987.387,96	9.386.173,02	132.998.785,81

Fonte: FNDE/SIOPE. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

Nota: Os valores foram atualizados com base no INPC (IBGE) de 05/2017.

(-): Dados não foram fornecidos.

No tocante aos dados analisados na tabela 12, observou-se que o gasto total do FUNDEB apresentou uma melhora significativa, visto que no ano de 2009, o município gastou R\$69.859.405,86, equivalente a um valor percentual de 9,7%, passando em 2015 para R\$132.998.785,81(18,5%), obtendo uma média percentual de crescimento de 15,7%.

Frisando nos gastos com os profissionais do magistério das etapas de ensino (educação infantil e ensino fundamental), identificou-se que o município valorizou mais os profissionais do ensino fundamental do que os da educação infantil, posto que o aumento percentual do gasto do primeiro foi de 78%, enquanto que o crescimento do segundo correspondeu a 14,3%.

Outro ponto a evidenciar é a respeito das outras despesas dessas etapas de ensino, os dados mostram que os outros gastos com ensino fundamental foram inferiores aos outros gastos com a educação infantil, já que o crescimento percentual dos mesmos corresponde a 48,7% e 123,9%, respectivamente. Diante disso, nota-se que a maior parte dos recursos do município de Ananindeua estão sendo voltados mais para o ensino fundamental, havendo uma ineficácia na administração dos recursos vindos do FUNDEB.

2.4.4 Indicadores de Qualidade do Ensino

Os Indicadores de Qualidade do Ensino visam identificar a qualidade da educação básica de uma maneira ampla. Vale salientar que existem outros indicadores, no entanto, nesta pesquisa serão analisados os resultados dos principais indicadores educacionais de qualidade, dentre eles: as taxas de rendimento escolar (aprovados, reprovados e evadidos) e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). No que diz respeito às taxas de aprovação do ensino fundamental e o seu percentual de variação de ano a ano durante a vigência do FUNDEB no período de estudo analisado (2007 a 2015), a tabela 13 apresenta a seguinte situação:

Tabela 13 - Taxas de aprovados escolar do ensino fundamental no período de vigência do FUNDEF e FUNDEB, do município de Ananindeua- Pa (2006 a 2015)

Período de vigência	Aprovados						
	Anos	Estadual		Municipal		Particular	
FUNDEF		TX	Nº Índice	TX	Nº Índice	TX	Nº Índice
	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	69,7	-	79,9	-	95,3	-
	2008	72,1	3,4	80,0	0,1	96,6	1,4
	2009	75,1	4,2	85,7	7,1	95,8	-0,8
	2010	75,6	0,7	91,1	6,3	96,2	0,4
FUNDEB	2011	79,4	5,0	90,8	-0,3	96,7	0,5
	2012	76,2	-4,0	89,1	-1,9	96,7	0
	2013	74,5	-2,3	89,4	0,3	97	0,3
	2014	74,8	0,4	88,7	-0,8	97,2	0,2
	2015	77,5	3,6	91,4	3,0	97,3	0,1

Fonte: MEC/INEP/SEDUC. Elaboração: GEPPEB

Nota: (-): Dados não foram fornecidos.

A partir dos dados da tabela 13, pode-se evidenciar que as dependências administrativas do município melhoraram na sua taxa de aprovação, no caso da rede de ensino estadual, a mesma alcançou um aumento percentual, cerca de 2,9%; a municipal cresceu 3,4% e a particular 0,5%.

Partindo para uma análise de comparação entre a educação pública com a educação privada, os índices revelam que a taxa de aprovação do ensino público, no caso da municipal, está em um ritmo de crescimento melhor do que a do ensino particular, visto que a rede de ensino municipal revelou, no ano de 2009, o maior aumento percentual (7,1%).

Verificando a rede de ensino estadual, assim como a menor oferta de matrícula (tabelas 6 e 7), também é a que possui o menor número nas taxas de aprovação anual, visto que apresentou a maior queda (-4,0%), referente ao de 2012. Porém, a rede de ensino com a

maior taxa de aprovação está na rede privada, apresentando em todos os anos de análise um valor superior as outras redes de ensino, estando em segundo lugar, a rede municipal.

A tabela a seguir, trata dos dados referentes às taxas de rendimento escolar dos reprovados de acordo com as dependências administrativas do ensino fundamental no período de atuação do FUNDEB (2007 a 2015).

Tabela 14 - Taxas de reprovados do ensino fundamental no período de vigência do FUNDEF e FUNDEB, do município de Ananindeua- Pa (2006 a 2015)

Período de vigência	Reprovados						
	Anos	Estadual		Municipal		Particular	
FUNDEF		TX	Nº Índice	TX	Nº Índice	TX	Nº Índice
	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	21	-	15,5	-	2,5	-
	2008	18,5	-11,9	15,9	2,6	2,9	16,0
	2009	16	-13,5	11,1	-30,2	3,6	24,1
	2010	16,6	3,8	6,7	-39,6	3,3	-8,3
	2011	14,6	-12,0	6,8	1,5	2,8	-15,2
	2012	17,7	21,2	9,1	33,8	2,9	3,6
	2013	19,6	10,7	8,7	-4,4	2,6	-10,3
	2014	18,5	-5,6	9,4	8,0	2,4	-7,7
	2015	15,2	-17,8	7,0	-25,5	2,2	-8,3

Fonte: MEC/INEP/SEDUC. Elaboração: GEPPEB.

Nota: (-): Dados não foram fornecidos.

De acordo com os índices da tabela 14, observe-se que, dentre as redes de ensino, a que demonstra o maior crescimento percentual de taxa de reprovados nesta etapa de ensino, foi a rede particular, com um valor percentual de aproximadamente 14,5%, depois o estadual com 11,9% e o município equivalendo a 11,5%.

A rede de ensino municipal foi a que obteve a maior queda percentual anual (-39,6), referente ao ano de 2010, e também a que possuiu o maior aumento percentual anual (33,8%), correspondente ao ano de 2012. No entanto, apesar da diminuição na taxa de reprovados na rede estadual de ensino, a mesma é a que está com o maior número de reprovados em todos os anos.

No que tange às taxas de rendimento dos alunos evadidos do ensino fundamental durante o período de vigência do FUNDEB (2006 a 2015), a tabela 15 retrata da seguinte forma:

Tabela 15 - Taxas de evadidos do ensino fundamental no período de vigência do FUNDEF e FUNDEB, do município de Ananindeua- Pa (2006 a 2015)

Período de vigência	Evadidos						
	Anos	Estadual		Municipal		Particular	
FUNDEF		TX	Nº Índice	TX	Nº Índice	TX	Nº Índice
	2006	-	-	-	-	-	-
	2007	9,3	-	4,6	-	2,2	-
	2008	9,4	1,1	4,1	-10,9	0,5	-77,3
	2009	8,9	-5,3	3,2	-22,0	0,6	20,0
	2010	7,8	-12,4	2,2	-31,3	0,5	-16,7
FUNDEB	2011	6,0	-23,1	2,4	9,1	0,5	0
	2012	6,1	1,7	1,8	-25,0	0,4	-20,0
	2013	5,9	-3,3	1,9	5,6	0,4	0
	2014	6,7	13,5	1,9	0	0,4	0
	2015	7,3	9,0	1,6	-15,8	0,5	25,0

Fonte: MEC/INEP/SEDUC. Elaboração: GEPPEB.

Nota: (-): Dados não foram fornecidos.

Conforme evidenciado na tabela 15, a taxa de alunos evadidos na rede estadual, municipal e particular, aumentou cerca de 6,3%, 7,4% e 22,5%, respectivamente. Como observado, a rede particular é a que mais obteve aumento de evadidos (em termos percentuais), porém, representa a menor taxa de evasão, pois apresentou a maior diminuição entre as outras redes, um valor correspondente a -77% no ano de 2008, assim como, em 2015, foi a que possuiu o maior crescimento (25%).

Dando ênfase à educação pública, a rede municipal foi a que revelou o melhor resultado, haja vista que demonstrou várias quedas (em termos percentuais), dentre estas, destaca-se a do ano de 2010, pois foi a maior diminuição, com -31,3%.

No que diz respeito ao desempenho da educação das escolas da cidade de Ananindeua, de acordo com Paulo Garcia et al. (2016), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que auxilia na formulação e monitoramento de políticas públicas, além de avaliar o desempenho dos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, considerando as notas das provas da disciplina de português e matemática, por meio dos resultados da Prova Brasil e do Saeb junto com a taxa de aprovação. A tabela a seguir evidencia as metas projetadas e as alcançadas do IDEB do ensino fundamental do município de Ananindeua no período de 2007 a 2015.

Tabela 16 – IDEB do município de Ananindeua – Pa (2007 a 2015)

Anos/ Metas	Metas projetadas					Resultado				
	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
5º	3,4	3,9	4,2	4,5	4,7	3,4	4,4	4,6	4,5	5,1
9º	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	3,7	4,3	4,5	4,2	4,8

Fonte: IDEB/ INEP – 2007 a 2015. Elaboração: NASCIMENTO, Y. E. C.

De acordo com o que está evidenciado na tabela 16, o desempenho educacional da cidade em questão obteve uma melhora significativa, uma vez que tanto o 5º quanto o 9º ano apresentaram crescimento. O IDEB do 5º ano foi o que mais possuiu bons resultados, pois conseguiu atingir todas as metas projetadas, iniciou com 3,4, em 2007 e passou para 5,1, em 2015, isto é, o melhor desempenho, se comparado ao 9º ano. O IDEB do 9º ano revelou em 2007, um índice de 3,7, chegando a 4,8, em 2015. No entanto, referente às metas projetadas, o 9º ano não conseguiu atingir as metas de 2013 (4,5) e a de 2015 (4,9), obtendo como resultado 4,2 e 4,8, respectivamente.

3 Considerações finais

Ao analisar a condição de efetividade do ensino em termos de investimento em educação básica da rede de ensino municipal de Ananindeua e suas condições de qualidade de oferta durante o período de 2007 a 2015, percebeu-se que, no que diz respeito aos Indicadores Sociais, houve crescimento dos dados da população total (1,6%), do IDHM (0,718 – alto), do PIB (12,2%) e PIB per capita (12,1%), isto é, houve melhora na condição da qualidade de vida da população do município.

Referente aos Indicadores de Oferta Educacional, os dados demonstraram que, a rede municipal obtém o maior número de matrículas, porém houve a maior média de crescimento na rede privada de ensino (23,6%, na educação infantil; 17%, no ensino fundamental), quando comparada com as redes municipal (18,8%, na educação infantil; 4,8% no ensino fundamental) e estadual (não obteve uma média de crescimento). No que se refere ao número de escolas, a rede estadual da educação infantil possui o maior número de escolas, e no ensino fundamental foi a rede municipal, porém houve a maior média de crescimento na rede particular (30,1%, na educação infantil; 33,2%, no ensino fundamental) do que na rede estadual (não obteve uma média de crescimento) e municipal (6,5%, na educação infantil; 19,1%, no ensino fundamental). Referente ao número de professores, na educação infantil, a rede municipal apresentou mais crescimento (101), quando comparada com a rede estadual

(0) e particular (92), já no ensino fundamental, a rede particular (687) apresentou o maior aumento, comparado a rede municipal (88) e a rede estadual (520).

Por conta do número de escolas e de professores do ensino fundamental obter aumento, logo, a oferta de matrículas também deveria ter crescido, porém, o atendimento de matrícula caiu. Deste modo, havendo mais uma redistribuição de matrículas entre as redes de ensino do que efetivamente aumento na oferta de matrículas. A educação infantil obteve uma pequena melhora, por apresentar aumento na oferta de matrículas e no número de escolas, porém, necessita aumentar consideravelmente o número de professores, visto que houve queda. Outro ponto que chamou atenção foi a presença de quedas e pouco crescimento nos dados de matrículas, escolas e professores na rede municipal, o que não deveria ser a realidade, por ser o espaço de atuação prioritária do município, principalmente, no período de atuação do FUNDEB.

No que se refere aos Indicadores de Financiamento, os dados da série histórica analisada mostraram que o FUNDEB contribuiu de maneira efetiva ao financiamento da educação de Ananindeua, posto que houve aumento das despesas liquidadas da função educação (13,9%) e das despesas empenhadas do ensino fundamental (9,6%) e da educação infantil (151,8%), bem como das receitas do FUNDEB (14,6%). Contudo, a maior parcela do recurso do FUNDEB, continua sendo investido mais no ensino fundamental do que na educação infantil como um todo.

Em se tratando dos Indicadores de Qualidade de Ensino, as análises revelaram que, a rede privada de ensino apresenta as melhores taxas (0,5% de aprovação; 14,5% de reprovação e 22,5% de evasão escolar), comparada com a rede municipal (3,4% de aprovação; 11,5% de reprovação e 7,4% de evasão escolar), e estadual (2,9% de aprovação; 11,9% de reprovação e 6,3% de evasão escolar). Quanto aos dados do IDEB, constatou-se que o município conseguiu atingir a maioria das metas estabelecidas. Entretanto, vale ressaltar que, embora a educação pública do município possua um resultado inferior ao da educação privada, tanto a rede estadual quanto a rede municipal, apresentaram melhoras, e conseguiram cumprir a maioria das metas do IDEB.

Assim, conclui-se que o município, orientado por uma lógica que tem buscado promover as parcerias com a iniciativa privada de ensino, vem ampliando o atendimento da educação infantil, seu espaço de atuação prioritária, por meio do setor privado em detrimento da rede pública de ensino e o seu não investimento na ampliação e melhoras necessárias das condições de oferta na rede pública de ensino, para atender o crescimento populacional em idade escolar do município. Ademais, há a necessidade de investir mais na educação infantil, pois, há uma crescente demanda e os índices comprovam que o investimento ainda é muito

inferior ao investimento no ensino fundamental, o que resulta, justamente, em um desequilíbrio na redistribuição dos recursos do FUNDEB para as etapas de ensino.

Outro ponto que entra em questão, é que os dados demonstraram a presença da expansão do ensino privado no município de Ananindeua. Isto pode ser explicado pela melhora dos indicadores sociais e econômicos do município no período analisado, atraindo os investidores do setor privado da área educacional. Em que pese os avanços apresentados pelo município – com o crescimento dos recursos e seu processo de redistribuição a partir do FUNDEB – em suas condições de oferta e qualidade, nenhuma delas foi plenamente atendida pelo município de Ananindeua. Sendo assim, a condição de efetividade do ensino do município de Ananindeua necessita de políticas públicas educacionais, lutar pela prorrogação e reestruturação da política de fundo e ampliar a contribuição da União, para que possa haver uma Efetividade Educacional, visto que se notaram etapas de ensino e redes de ensino públicas que necessitam de mais investimento.

Referências

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos art. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. **Emenda constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ADCT para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da DRU o incidente sobre os recursos destinados à MDE de que trata o art. 212 da CF, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

BRASIL. **Lei n. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 dez. 1996b.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei n. 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a

BRASIL. Lei n. **10.195**, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Censo escolar*. Brasília, DF: MEC/INEP, 1991-2006.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 619**, de 2 de abril de 2007. Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano decenal de Educação para Todos**. Brasília, 1994.

BRASIL. **CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Documento Final. Brasília: MEC/INEP, 2010.

BRASIL. Laboratório de Dados Educacionais/UFPR. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>. Acesso em: 15/02/2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Ananindeua**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/panorama>>. Acesso em: 16/02/2018.

CAMARGO, Rubens Barbosa de, et. al. **A Qualidade na Educação Escolar: dimensões e indicadores em construção**. In: FARENZENA, Nalú (Org.) Custos e condições de qualidade da Educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais. Brasília: INEP/MEC, 2005.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Mais sobre qualidade na educação**. Entrevista concedida a Revista Nova Escola, Edição nº231, abril de 2010. Disponível em: <http://filosofarpreciso.blogspot.com/2010_04_01_archive.html>. Acesso em 19/05/2011.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?** São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Financiamento da Educação: do FUNDEF ao FUNDEB – Repercussões da Política de Fundos na Valorização Docente da Rede Estadual de Ensino do Pará – 1996 a 2009**. São Paulo: s.n., 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões Estruturas e Conjunturas de uma Política**. Educação e Sociedade, Campinas, v.31, n.112, p. 677-705, jun.-set., 2010.

_____. **Financiamento da Educação no Brasil: Um Estado da Arte Provisório e Algumas Questões de Pesquisa**. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de & TAVARES, Taís Moura (Org.). *Conversas sobre Financiamento da Educação no Brasil*. – Curitiba: Ed. Da UFPR, 2006.

GOUVEIA, Andrea Barbosa. POLENA, Andrea. **Financiamento da Educação e indicadores de qualidade: Um Estudo Exploratório de Seis Municípios Brasileiros**. RBPAAE – v.31. n.2, p.255-273, maio/ago. 2015.

GOUVEIA, Andréa Barbosa et al. **Efetividade das Políticas Educacionais nos Sistemas de Ensino Brasileiro**: Leituras a partir do Índice de Condições de Qualidade (ICQ). Curitiba - Pr: Appris, 2016.

GOUVEIA, Andréa B. CRUZ, Rosana Evangelista; CAMARGO, Rubens Barbosa de; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais e Políticas Públicas** In: Indicadores Sociais no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012 (p. 16 a 43).

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da educação básica como política pública**. In: RBPAE – v.26, n. 3, p.497-514, set./dez, 2010.

OLIVEIRA, J. **Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno ano**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 22, p. 253-276, 2006.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação** In: OLIVEIRA, Romualdo e ADRIÃO, Theresa (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. – São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de & GADELHA, Carlos Grabois. **Evolução da Educação e da Saúde IN Projeto Brasil 2003-2010**: Trajetórias e desafios. – Brasília-DF, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Um Fundinho chamado Fundão**. IN DOURADO, L. F. (ORG.) *Financiamento da Educação Básica* – Campinas, SP: Autores associados; Goiânia - GO: Editora da UFG, 1999.

GARCIA, Paulo Sérgio et al. **Desempenho Escolar**: Uma Análise do IDEB dos Municípios da Região do ABC. *Revista Eletrônica de Educação*. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 95-114, 2016.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses**: Ananindeua. Disponível em:<
<http://www.fapespa.pa.gov.br/>>. Acesso em: 15/ 02/2018.

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores**: Conceito e Complexidade do Mensurar em estudos de Fenômenos Sociais. *Est. Aval. Edu.*, São Paulo, v. 52, n. 23, p.12-25, maio 2012.